

**EMENDA Nº - CMMPV 1343/2026
(à MPV 1343/2026)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Ficam canceladas as indenizações, penalidades e demais encargos decorrentes de infrações ao disposto no art. 5º, § 4º, da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, relativas à Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.”

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), instituída pela Lei nº 13.703/2018, nasceu com o nobre propósito de proteger o transportador autônomo, mas transformou-se em fonte de profunda insegurança jurídica e distorções econômicas que agravam o já elevado Custo Brasil. Hoje, enfrentamos um cenário em que a metodologia de cálculo do piso mínimo, gerenciada pela ANTT e em processo de revisão via Consulta Pública, revela-se defasada e inadequada à realidade do mercado, gerando litígios intermináveis, acúmulo de passivos contingentes e multas que explodiram em quase 1.000% em 2025. Essa desconexão não é mero tecnicismo: ela compromete o planejamento financeiro de empresas, eleva riscos de insolvência e ameaça empregos no setor produtivo, especialmente no agronegócio, que depende do rodoviário para escoar grãos, insumos e proteínas em longas distâncias até os portos.



No diagnóstico técnico e econômico, a tabela atual viola princípios constitucionais como isonomia, neutralidade concorrencial e proporcionalidade, ao penalizar perfis específicos de transportadores (como os de 5, 6 ou 7 eixos), desequilibrar o mercado e criar incentivos perversos que distorcem a alocação de demanda e ameaçam a sustentabilidade da frota nacional. Sem modulação definitiva do STF nas ADIs pendentes sob relatoria do Min. Luiz Fux, o setor produtivo acumula encargos indevidos decorrentes do art. 5º, §4º, da Lei 13.703/2018, impactando diretamente os custos logísticos, um dos pilares do Custo Brasil, ao lado de burocracia, infraestrutura precária e insegurança regulatória. Isso onera indústrias e o agro, eleva preços de insumos essenciais (como fertilizantes), reduz competitividade internacional e pode desencadear inflação em cascata, desemprego e queda na arrecadação real a longo prazo, sacrificando o crescimento sustentável da nação.

No diagnóstico técnico e econômico, a tabela atual viola princípios constitucionais como isonomia, neutralidade concorrencial e proporcionalidade, ao penalizar perfis específicos de transportadores (como os de 5, 6 ou 7 eixos), desequilibrar o mercado e criar incentivos perversos que distorcem a alocação de demanda e ameaçam a sustentabilidade da frota nacional. Sem modulação definitiva do STF nas ADIs pendentes sob relatoria do Min. Luiz Fux, o setor produtivo acumula encargos indevidos decorrentes do art. 5º, §4º, da Lei 13.703/2018, impactando diretamente os custos logísticos, um dos pilares do Custo Brasil, ao lado de burocracia, infraestrutura precária e insegurança regulatória. Isso onera indústrias e o agro, eleva preços de insumos essenciais (como fertilizantes), reduz competitividade internacional e pode desencadear inflação em cascata, desemprego e



queda na arrecadação real a longo prazo, sacrificando o crescimento sustentável da nação.

Diante dessa urgência nacional, conclamamos os nobres pares a apoiar a aprovação desta emenda. É hora de priorizar o equilíbrio regulatório em prol do Brasil produtivo, garantindo que nossa legislação sirva ao desenvolvimento e não ao entrave. Juntos, transformemos esse desafio em oportunidade para um transporte mais eficiente e justo.

Sala da comissão, 24 de março de 2026.

Deputado Zé Adriano
(PP - AC)
Deputado Federal

